



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

- 1. Aprovação das atas n.º 21 a 26;**

- 2. Discussão e votação dos Pareceres dos Projeto de Lei n.º 137/XIV/1.ª - "Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (4ª alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho)" e do Projeto de Lei n.º 138/XIV/1.ª - "Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho)"; Autor: Deputado Carlos Silva (PSD)**

- 3. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 139/XIV/1.ª - "Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro)"; Autora: Deputada Vera Braz**

- 4. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 140/XIV/1.ª - "Cria o Sistema de acesso à Conta Básica Universal"; Autor: Deputado Carlos Brás**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.^a SL

5. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 205/XIV/1.^a (PCP) - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais"; Autor: Deputado Carlos Silva

6. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.^a (PCP) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários"; Autora: Deputada Mariana Mortágua

7. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.^a (PAN) - "Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efectivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de Julho)"; Autora: Deputada Cecília Meireles

8. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 213/XIV/1.^a (PS) - "Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros"; Autor: Deputado Carlos Silva

9. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 263/XIV/1.^a (CH) - "Pela clarificação da Lei n.º 66/2015 e pela proibição de cobrança de taxas e comissões nas transferências bancárias realizadas através da aplicação MB WAY";

10. Outros assuntos.

09:30

Audição com o Presidente do Fundo de Resolução, Dr. Luís Máximo dos Santos, sobre o Novo Banco.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

09:00

1. Aprovação das atas n.º 21 a 26;

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) pediu a palavra para solicitar a inclusão, na ata n.º 25, de duas questões discutidas (ressalvas apresentadas pelo PSD) no âmbito do Plano de Atividades da UTAO. No pressuposto da mencionada correção, foram as atas aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS, PAN, CH e IL.

2. Discussão e votação dos Pareceres dos Projeto de Lei n.º 137/XIV/1.ª - "Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (4ª alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho)" e do Projeto de Lei n.º 138/XIV/1.ª - "Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho)";

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o parecer de que foi autor, tendo sido no final cumprimentado pela Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS, PAN, CH e IL.

3. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 139/XIV/1.ª - "Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro)";



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) apresentou parecer de que foi autora tendo também emitido a sua opinião sobre a iniciativa.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) pediu a palavra para agradecer e cumprimentar a Deputada relatora, também por ter emitido a sua opinião acerca da iniciativa. Aproveitou ainda salientar a importância desta temática declarando também que fica na expectativa de que os vários projetos de lei que incidem sobre esta matéria possam vir a ser discutidos na especialidade.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS, PAN, CH e IL.

4. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 140/XIV/1.ª - "Cria o Sistema de acesso à Conta Básica Universal";

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou parecer de que foi autor, tendo sido no final cumprimentado pela Senhora Deputada Mariana Mortágua.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS, PAN, CH e IL.

5. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 205/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais";

O Senhor Presidente anunciou a inexistência de pareceres para os Projetos de Lei n.ºs 205, 206, 209 e 213, dada a manifesta falta de tempo para elaborar as respetivas Notas Técnicas.

6. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários";

Tratado no âmbito do ponto 5 desta OD.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.^a SL

7. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.^a (PAN) - "Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efectivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de Julho)";

Tratado no âmbito do ponto 5 desta OD.

8. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 213/XIV/1.^a (PS) - "Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros";

Tratado no âmbito do ponto 5 desta OD.

9. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 263/XIV/1.^a (CH) - "Pela clarificação da Lei n.º 66/2015 e pela proibição de cobrança de taxas e comissões nas transferências bancárias realizadas através da aplicação MB WAY";

Na ausência do Senhor Deputado André Ventura (CH), proponente desta iniciativa, ficou prejudicado este ponto da OD.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que a audição ao Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado não poderá realizar-se na data proposta, 3 de março, por indisponibilidade do seu Presidente. Será assim oportunamente reagendada nova data para esta audição

Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por concluída a reunião e anunciou o início da audição.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

09:30

Audição com o Presidente do Fundo de Resolução, Dr. Luís Máximo dos Santos, sobre o Novo Banco.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando o Senhor Dr. Luís Máximo dos Santos e os seus acompanhantes, o Senhor Dr. Bruno Proença e Senhor Dr. João Freitas, enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda em 02/12/2019, aprovado por unanimidade, com a ausência do PAN e CH, na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças de 11/12/19.

No âmbito da primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE), João Paulo Correia (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Duarte Alves (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente do Fundo de Resolução respondido individualmente a cada um dos Deputados.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente do Fundo de Resolução respondido ao conjunto das questões colocadas.

Na terceira e última ronda, intervieram os Senhores Deputados, Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP) Jorge Paulo Oliveira (PSD) e João Paulo Correia (PSD), tendo o Senhor Presidente do Fundo de Resolução respondido ao conjunto das questões colocadas.

O Senhor Presidente, agradeceu a presença e disponibilidade do Senhor Presidente do Fundo de Resolução e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A intervenção inicial bem como a gravação vídeo podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.^a SL

A reunião foi encerrada às 11:46 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 fevereiro 2020.

O PRESIDENTE

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

Reunião de 26 de fevereiro de 2020

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Ana Paula Vitorino
Carlos Brás
Carlos Silva
Cecília Meireles
Duarte Alves
Eduardo Teixeira
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
António Ventura
João Paulo Pedrosa
Jorge Paulo Oliveira
José Silvano
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
André Ventura
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio